



PODER

Pela autocontenção do Judiciário, prega Fachin

Presidente do STF enfatiza que decisões que concentram poder nos tribunais podem ser “tão prejudiciais à democracia quanto o problema que pretendem resolver”. Ele defende respeito à separação dos Poderes e diz ser preciso “humildade institucional”

» IAGO MAC CORD

Em meio à crise institucional em que está mergulhado o Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente da Corte, ministro **Edson Fachin**, enfatizou que o Judiciário deve “resistir à tentação de fazer tudo” para evitar uma “erosão democrática” no Brasil.

“Os tribunais devem resistir à tentação de fazer tudo, pois decisões que concentram poder no Judiciário para combater a concentração de poder no Executivo podem, a longo prazo, ser tão prejudiciais à democracia quanto o problema que pretendem resolver. A solução sustentável está no fortalecimento das instituições intermediárias — não na substituição delas pela tutela judicial”, ressaltou, em aula magna, ontem, no Centro Universitário de Brasília (Ceub).

Fachin destacou que, por serem servidores não eleitos, juízes não têm legitimidade pelo voto, mas pela fundamentação lúcida e racional de suas decisões. “Uma Corte que decide questões que afetam a vida de mais de 200 milhões de pessoas tem a obrigação de explicar suas decisões de maneira que essas pessoas possam compreender e, se discordarem, contestar com respeito e pelas vias democráticas. A transparência sem inteligibilidade é transparência incompleta”, argumentou.

Ele defendeu “humildade institucional”, afirmando que os tribunais devem praticar a autocontenção em respeito à separação de Poderes. “Em minha experiência como juiz constitucional, percebo que esse dilema não se resolve no plano teórico. Ele exige uma postura permanente de humildade institucional: reconhecer que os tribunais têm autoridade para dizer o Direito, mas não têm o monopólio da sabedoria política. A autocontenção não é fraqueza; é respeito à separação de Poderes que, em última análise, é ela própria uma exigência constitucional”, disse.

O magistrado observou que o STF foi impulsionado para o centro de debates sobre políticas públicas, como distribuição de vacinas, financiamento de campanhas e demarcação de terras indígenas. E alertou para o risco de a sociedade litigar o que deveria ser resolvido no Parlamento, sugerindo que, por vezes, a Corte precisa ter a sabedoria de “dar um passo atrás” para fortalecer as instituições intermediárias.

Citando autores como Daniel Zibblatt e Steven Levitsky, o ministro alertou também para a erosão democrática que ocorre por dentro das instituições por meio de procedimentos formalmente legítimos. A defesa contra essas ameaças sutis

Código de Ética

Desde que assumiu a presidência do STF, o ministro Edson Fachin expõe a necessidade de criação de um código de conduta para tribunais superiores, sobretudo após o envolvimento de ministros do Supremo no caso Master. As normas, contudo, têm resistência dos pares

reside nas cláusulas pétreas da Constituição Federal de 1988: forma federativa, voto direto e secreto, separação de Poderes e direitos individuais.

“Como já disse em outro momento, o desafio é reconhecer o protagonismo do sistema político nas funções que são dele. Saber ser forte o suficiente para não precisar fazer tudo. Um desafio deveras mais difícil, justamente porque não exige a tarefa de dar um passo adiante, mas, sim, a sabedoria de dar um passo atrás, a fim de que se possa avançar em solo firme”, frisou.

Experimento

Ele classificou o STF como um “experimento único” de transparência mundial, sendo a única Corte constitucional com sessões transmitidas ao vivo pela TV Justiça e pelas redes sociais. Para comparação, mencionou que a Suprema Corte dos Estados Unidos só permitiu áudios em 2020 e ainda resiste a câmeras.

Contudo, Fachin alertou que a transparência sem a devida “mediação interpretativa” de jornalistas especializados pode gerar ruídos e má interpretação de questões técnicas. “Comunicar-se melhor não é apenas uma estratégia de relações públicas: é uma exigência democrática”.

O ministro também apresentou os três principais anseios da sociedade brasileira em relação ao Judiciário, colhidos em pesquisas acadêmicas e institucionais: celeridade processual (Justiça mais rápida e eficiente), igualdade real perante a lei (fim de privilégios) e transparência, ética e responsabilidade institucional.

“A Constituição não é um cardápio de argumentos disponíveis para qualquer tese que se queira defender. E a jurisdição constitucional é uma prática de razão pública, exigente e autocontida, que só funciona quando seus operadores a levam a sério como projeto de justiça, não apenas como retórica. Ninguém tem uma Constituição para chamar de sua. Ela é um projeto coletivo. E se todos e todas entenderem que têm o dever de zelar por ela, ela não perecerá”, afirmou.

Rosinei Coutinho/STF



Fachin: “Nossas decisões não só podem como devem ser escrutinadas à exaustão. E devem sobreviver a esse exame. Sem confiança, não há legitimidade”

Veja os principais trechos do discurso de Fachin

Responsabilidade

“Somos juízes e juízes, portanto, servidoras e servidores públicos não eleitos, não sujeitos à prestação de contas periódica que o voto popular impõe aos outros atores dos Poderes da República, mas exercemos o poder de influenciar decisões tomadas por representantes democraticamente eleitos.”

Autocontenção

“Em minha experiência como juiz constitucional, percebo que esse dilema não se resolve no plano teórico. Ele exige uma postura permanente de humildade institucional: reconhecer que os tribunais têm autoridade para dizer o Direito, mas não têm o monopólio da sabedoria política. A autocontenção não é fraqueza; é respeito à separação de Poderes que, em última análise, é ela própria uma exigência constitucional.”

Transparência

“Não somos um substituto da deliberação democrática, mas, sim, seu guardião — isso envolve ouvir com atenção e decidir com a razão. Nossas decisões não só podem como devem ser escrutinadas à exaustão. E devem sobreviver a esse exame. Sem confiança, não há legitimidade, e se não há legitimidade, não há autoridade.”

Judicialização

“Como já disse em outro momento, o desafio é reconhecer o protagonismo do sistema político nas funções que são dele. Saber ser forte o suficiente para não precisar fazer tudo. Um

desafio deveras mais difícil, justamente porque não exige a tarefa de dar um passo adiante, mas, sim, a sabedoria de dar um passo atrás, a fim de que se possa avançar em solo firme.”

Tentação

“Os tribunais devem resistir à tentação de fazer tudo, pois decisões que concentram poder no Judiciário para combater a concentração de poder no Executivo podem, a longo prazo, ser tão prejudiciais à democracia quanto o problema que pretendem resolver. A solução sustentável está no fortalecimento das instituições intermediárias — não na substituição delas pela tutela judicial.”

Erosão

“Nas democracias do século XX, os riscos à ordem constitucional vinham de fora — tropas militares nas ruas, ruptura violenta da legalidade, torturas, desaparecimentos forçados, assassinatos e prisões políticas. As novas ameaças são mais sutis e, precisamente por isso, mais difíceis de identificar e de combater. (...) A erosão democrática contemporânea opera por dentro das instituições, tal como uma infiltração que toma conta de sua estrutura.”

Comunicação

“Comunicar-se melhor não é apenas uma estratégia de relações públicas: é uma exigência democrática. Uma Corte que decide questões que afetam a vida de mais de 200 milhões de pessoas tem a obrigação

de explicar suas decisões de maneira que essas pessoas possam compreender e, se discordarem, contestar com respeito e pelas vias democráticas. A transparência sem inteligibilidade é transparência incompleta.”

Limites

“A jurisdição constitucional precisa ter a coragem de decidir — mesmo quando a lei é ambígua, mesmo quando a decisão é impopular, mesmo quando nenhuma das alternativas é a ideal. Mas precisa também ter a humildade de reconhecer os seus próprios limites; precisa ter a coragem de recuar para poder avançar; precisa reconhecer que os tribunais não são onipotentes e que também se submetem à Constituição; que o Direito não resolve todos os problemas; e que a democracia constitucional exige que respeitemos a espacialidade de cada Poder.”

Exposição

“Nenhuma outra Corte Constitucional do mundo opera sob essa exposição. O Tribunal Constitucional alemão não é transmitido ao vivo. A Suprema Corte americana só passou a permitir gravações de áudio das sessões em 2020, e ainda resiste à câmera. A Corte Europeia de Direitos Humanos tampouco tem esse nível de visibilidade pública imediata. O STF é, nesse sentido, um experimento único de transparência judicial. E como todo experimento, produz ao mesmo tempo resultados notáveis e efeitos colaterais imprevistos.”

Geraldo Magela/Agência Senado



Vieira: “Tentativas de intimidação não assustam e não vão nos calar”

Senador reage a ameaça de processo

» ROSANA HESSEL

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) afirmou que não vai se intimidar com ameaças de processos e continuará defendendo a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as fraudes do Banco Master.

“Tentativas de intimidação não assustam e não vão nos calar. Nosso compromisso é com os brasileiros, especialmente com as milhares de vítimas do caso Master, e é com seriedade e coragem que seguiremos trabalhando todos os dias!”, escreveu Vieira nas redes sociais.

Em vídeo publicado em seu perfil citando notícia do jornal Folha de S. Paulo, segundo a qual o escritório da advogada Viviane Barci — esposa do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) — vai processá-lo por calúnia e difamação, o senador alegou que não se surpreendeu com a medida, classificada por ele como “tentativa de intimidação”. Além disso, Vieira reforçou a defesa da instauração da CPI para investigar não apenas Moraes, como outros ministros do STF que tiveram relações com o Banco Master.

O parlamentar coletou 35 assinaturas de senadores, acima do

mínimo exigido, de 27, para que seja aberta uma CPI para investigar o escândalo do Master, considerado por integrantes do atual governo como o maior da história. Em 9 de março, Vieira protocolou o pedido no Senado. A comissão visa investigar as relações dos ministros do Supremo Alexandre de Moraes e Dias Toffoli com a instituição financeira.

O escritório de Viviane Barci de Moraes foi contratado pelo Banco Master para serviços de consultoria jurídica, fato confirmado pelo escritório em nota. As investigações da Polícia Federal indicam que o valor do contrato foi de R\$ 129 milhões.

Vieira negou ter dito que o dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) circulou pelas contas de familiares de Moraes, mas reforçou que o Master era uma “organização criminosa”.

“O que eu disse e volto a repetir foi que a família (de Moraes), através do escritório de advocacia da Viviane Barci, recebeu recursos do Master. E todos nós sabemos que o Banco Master é uma organização criminosa. Intimidação não vai funcionar. Isso mostra a importância de uma CPI específica para investigar a atuação deste e de outros ministros (do STF) que possam ter envolvimento com essa situação”, complementou.